



O efeito da cor de pele na construção da identidade racial em crianças

The effect of skin color on the construction of racial identity in children

Jefferson Andrade Silva

Rita de Cássia da Silva Costa

Aline Lima-Nunes

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Dalila Xavier de França

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo explorar os processos de construção da identidade racial de crianças brasileiras. Trata-se de um estudo transversal, desenvolvido a partir da replicação de um estudo. Participaram trinta crianças, com idades entre 9 e 13 anos, sendo 33% brancos, 50% pardos e 17% negros. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e como material de estímulo, fotografias de crianças reais brancas, pardas e negras, de ambos os sexos, tomando como medida de análise, a autocategorização e preferência racial das crianças. Como resultado, o estudo apontou para uma tendência ao autobranqueamento, onde a criança branca foi indicada como preferida e detentora de características socialmente favoráveis, enquanto a criança negra foi preterida. O estudo demonstra que as crianças são agentes ativos na construção de suas identidades raciais e que a cor de pele destas incide efeitos significativos no processo, cujo debate precisa ser ampliado e democratizado.

Palavras-chave: **Identidade; Racismo; Preferência racial; Crianças**

Abstract

The present research aimed to explore the processes of construction of the racial identity of Brazilian children. It is a cross-sectional study, developed from the replication of a study. Thirty children participated, aged between 9 and 13 years old, 33% white, 50% brown and 17% black. Semistructured interviews and photographs of real white, brown and black children, of both sexes were configured, taking as a measure of analysis, the self-categorization and racial preference of children. As a result, the study pointed to a tendency towards self-whitening, where the white child was identified as preferred and had socially favorable characteristics, while the black child was deprecated. The study demonstrates that children are active agents in the construction of their racial identities and that the skin color has significant effects on the process, whose debate needs to be expanded and democratized.

Keywords: Identity; Racism; Racial preference; Child

INTRODUÇÃO

As crianças buscam compreender o seu lugar no meio social desde muito cedo, e essa busca é possibilitada pelos grupos de pertença, isto é, a identificação das crianças com determinados grupos parte da comparação social. O significado de pertencer a grupos e como eles são valorados pelas outras pessoas, impactam na autopercepção de pertencimento grupal (Tajfel, 1982; Verkuyten & Fleischmann, 2017). Essas experiências produzirão o desenvolvimento de um sentido de identidade, a partir da auto definição em termos dos grupos e pertencimentos sociais, como os de gênero, raça e classe social (Ver França, 2017). Dentre esses, o pertencimento racial se destaca devido as vivências sociais distintas que o viés racial possibilita às crianças brancas e negras (Sarmiento & Pinto, 1997).

Em sociedades estruturadas em hierarquias sociais racializadas, as identidades sociais baseadas na raça ou cor da pele, subordinam-se as relações de poder definidoras de lugares sociais distintos e específicos para negros e brancos (Aguiar, 2007; Gomes, 2012).

Consequentemente, o grupo que detém menor poder social, ao perceber o valor social atribuído a seu grupo poderá ter sua identidade racial construída sob a égide de sentimentos e emoções negativas, como referem Ueliton Moreira-Primo e Dalila França (2020b). Os autores afirmam que o racismo incide na construção da identidade racial, de modo que quando as crianças negras percebem a forma de tratamento diferenciada entre os grupos e que estão incluídas na categoria socialmente desvalorizada, as chances de desenvolverem sentimentos de inferioridade aumentam. Assim, o resultado desses processos para o negro, desde a infância, muitas vezes é a rejeição da sua própria imagem e identidade racial, reforçando os estereótipos, e a discriminação (Máximo et al., 2012).

A partir dessa compreensão, chega-se ao questionamento: como é ser uma criança negra numa sociedade estruturalmente racista? Como é ser criança e enxergar-se como portador de traços que não são socialmente desejáveis? Todas essas indagações são feitas para se pensar na construção da identidade. Tal fenômeno foi concebido pela Psicologia por inúmeras vertentes e formas, no entanto, nos últimos anos, estudos sobre as possíveis consequências da discriminação racial no processo formativo identitário de sujeitos (i.e., na infância) vem crescendo, nos direcionando a pensar em um tema de natureza delicada, com diversas nuances e repercussões significativas para a vida dos envolvidos.

Sabendo que, desde a infância, já se é possível distinguir a identidade em termos raciais, crianças tornam-se um público essencial para se buscar compreen-

sões a respeito da gênese da problemática em questão: qual o efeito da cor da pele na construção da identidade racial? A partir dos questionamentos sobre o lugar que as minorias raciais ocupam na sociedade atualmente e os avanços conquistados em ações afirmativas como a Lei Nº 12.711 (2012), também conhecida como Lei de Cotas Raciais, será que as crianças identificadas como negras se identificariam mais dessa forma do que antes da efetivação desta lei?

O estudo de Tais Máximo et al. (2012) analisou se a discriminação racial influenciaria a avaliação das crianças em relação a outras crianças da sua e de outra categoria racial, identificando se existe uma tendência ao branqueamento na autocategorização e preferência racial. A sua coleta de dados foi realizada antes da efetivação da Lei de Cotas Raciais de 2012. Nesse sentido, objetivou-se realizar a replicação deste estudo, a fim de analisar como se dá o processo de construção da identidade das crianças negras frente à exclusão racial atualmente. Especificamente, identificar se a tendência ao autobranqueamento das crianças persiste, bem como se a preferência racial está associada intimamente a características socialmente favoráveis a grupos naturalizados como dominantes.

Escolheu-se a replicação como método nesta pesquisa, pois este é um componente de suma importância para o desenvolvimento da ciência, tornando-se uma das características que a define (Brandt et al., 2014). A reprodutibilidade está presente em diversos campos científicos, inclusive na Psicologia, tanto como estratégia metodológica, como alvo de estudos, assim como o publicado em 2015 na revista *Science*, que reuniu 270 autores e avaliou a replicabilidade de 100 estudos nos campos da psicologia cognitiva e social (Open Science Collaboration, 2015), podendo ser visto como um esforço para com a credibilidade científica.

Preconceito racial no Brasil

Estudos sobre relações étnico-raciais, discriminação social e racismo, comumente trazem o preconceito como tema norteador. A etimologia da palavra “preconceito” traz uma perspectiva do senso comum como “pré-julgamentos”, como uma característica psicológica individual referente a algum grupo.

De fato, para a Psicologia Social, o preconceito se trata de uma atitude hostil ou de aversão, formada por componentes cognitivos (estereótipos), afetivos (emoções) e comportamentais (discriminação), direcionada a indivíduos pelo fato de pertencerem a determinado grupo social. Assim, o preconceito pode ser compreendido como uma orientação, individual ou grupal, de cunho negativo, direcionada a outro grupo social (Allport, 1954; Lima-Nunes & Camino, 2011).

Nesta direção, além de uma característica imanente ao ser humano, o preconceito é resultante também das crenças, ideologias, valores sociais e relações de poder existentes entre os grupos. Esses fatores são mutuamente influenciados por estruturas políticas, econômicas, culturais e religiosas vigentes a cada época, que acabam por sustentar as relações assimétricas entre as categorias raciais. Segundo Teun Van Dijk (2008), o grupo étnico-racial dominante e com elevados índices de aceitabilidade social, historicamente determinado pelo colonialismo, ainda é o de brancos. Tal fato influencia o racismo sofrido pelos negros em diversas regiões do mundo, como por exemplo, a América Latina.

No Brasil, embora tenha emergido diversos movimentos de resistência, esta estrutura de preconceito racial regula a inferiorização do negro, e com práticas discriminatórias, arquiteta as desigualdades sociais. O processo de abolição da escravidão, no século XIX, no Brasil, ao ser abordado sob a ótica político-ideológica de uma suposta democracia racial, produz como um de seus efeitos a negação da existência do racismo (Van Dijk, 2008). Diferente dos Estados Unidos, onde essa relação étnico-racial seguiu rumos mais radicais, no Brasil, as práticas racistas e de preconceito foram naturalizadas, assumindo formas diferentes e peculiares a cada contexto, abrangendo indivíduos de todos os sexos e todas as idades.

Nessa perspectiva, não se afirma que o preconceito racial é um problema social superado no Brasil, pelo contrário, nota-se que ao decorrer do tempo, ele assume outras roupagens e formas de expressão, já que é entendido também como uma atitude. As pessoas passaram a expressar seu preconceito de uma forma mais sutil, visto que se instaura legislações antirracistas que passam a compor a norma social, coagindo a criação de novos preconceitos (Lima & Vala, 2004).

Pesquisas apontam que os brasileiros em geral reconhecem que o racismo existe, no entanto, uma minoria se reconhece enquanto preconceituosa. Embasados por uma ideologia apaziguadora sobre as relações raciais, as pessoas chegam a subestimar ou até negar o preconceito racial (Camino et al., 2001; Lima-Nunes e Camino, 2011; Nogueira, 2007). Entretanto, o que se observa é que o preconceito resiste com outra roupagem, mais escondido, mais danoso e persistente, produzindo a mesma desigualdade através de novas formas de racismo e preconceito (ver Lima, 2020; Lima & Vala, 2004).

Por outro lado, a história do povo negro é contada a partir do longo período de escravização sofrida, tendo pouquíssimas referências positivas para se valorizar a sua identidade racial. Entendida a partir da identidade social de Henri Tajfel (1982), a identidade racial pode ser conceituada como o autoconceito que um sujeito produz a partir do conhecimento que se tem de sua pertença a uma ca-

tegoria racial, levando em consideração o significado emocional e valorização dessa categoria.

Assim, as identidades étnico-raciais podem ser compreendidas como o sentimento de pertença a uma etnia, facilitado pela consciência individual e coletiva da história e heranças deixados por seus antepassados (Júlio, 2010). Em outras palavras, no processo de construção da identidade é necessário o reconhecimento, por parte do sujeito, das bases históricas, culturais e sociais que montam a origem de sua categoria racial, sendo este um ponto fundamental para admitir uma identidade.

Contudo, a desvalorização da cultura africana e/ou afro-brasileira e, conseqüentemente, do negro, pode afetar e comprometer o processo de identificação, pois na medida em que subjuga esta categoria racial, eleva o ideal branco e seus estereótipos, resultando, assim, no fortalecimento dos valores negativos associados aos negros, bem como na consolidação do preconceito enquanto agente mediador das relações étnico-raciais.

A criança, ao longo do seu desenvolvimento enquanto sujeito, é inserida em diversos contextos, cuja socialização assume um papel importante e influencia, em maior ou menor grau, o processo de formação. Nesse sentido, a escola pode ser concebida como uma instituição capaz de influenciar a construção da identidade, pois para além dos saberes escolares, constitui-se também como um espaço em que se compartilha valores, hábitos, crenças e preconceitos (Gomes, 2002).

Identidade racial e infância

Desde muito cedo, humanos já conseguem distinguir uns dos outros em termos raciais (Nesdale, 2017). Segundo Fabiana Oliveira e Anete Abramowicz (2010), crianças na primeira infância conseguem expressar, a partir de suas vivências, a realidade social positiva e negativa dos grupos raciais. Sabendo disso, outros estudos foram realizados com o objetivo de entender como se configura o processo de construção da identidade dos sujeitos, tendo como amostras, crianças.

O estudo de Dalila França e Maria Monteiro (2002) analisou o efeito da cor da pele e da idade sobre a identidade e a preferência racial de 238 crianças brasileiras brancas, negras e pardas de 5 a 10 anos. Foram realizadas entrevistas individuais com as crianças participantes e elaborado um questionário com 16 perguntas, que visavam avaliar a categorização racial, autocategorização racial e avaliação emocional da pertença. Foi analisada ainda outra medida, mais voltada para as atitudes, que foi a preferência pelas categorias raciais.

Os resultados obtidos indicam que aspectos positivos da identidade podem ser comprometidos pela visão ou valor atribuído pela sociedade à sua categoria racial de pertença. Na medida de avaliação emocional, por exemplo, as crianças negras de 5 a 6 anos são as que menos gostam de ser como são e que mais gostariam de ser diferentes, apontando para uma tendência dessas crianças a recusarem pertencer a um grupo que é socialmente desvalorizado. O estudo mostra que, em relação à preferência, a criança branca é a preferida, seguida da parda, enquanto a negra é rejeitada. As crianças preferiram os brancos como irmão adotivo, para realizarem atividades escolares, como melhor amigo e para dividir um doce.

Esses resultados nos conduzem a pensar que o negro no Brasil está colocado numa condição de inferioridade, atravessado por um fenômeno nomeado de branqueamento racial, no qual a cor branca é a mais valorizada e tida como padrão de beleza e aceitabilidade. No referido estudo, aponta-se para a necessidade de explorar mais detalhadamente o branqueamento como estratégia de aquisição de uma identidade positiva, uma vez que, inversamente, tal formulação fraciona a identidade negra e contribui para a autorrejeição (Silva, 2007). Em outras palavras, essa perspectiva dá direito apenas ao branco de ser concebido como bonito, inteligente e de bom caráter. Os estudos de Dalila França et al. (2019) e Moreira-Primo e França (2020a) evidenciam que essas são preocupações atuais.

A partir disso, o estudo de Máximo et al. (2012) permite refletir sobre as possíveis consequências da discriminação racial na construção da identidade em crianças e adolescentes. Com o objetivo de discutir como essa discriminação influenciaria a avaliação das crianças em relação a outras, os autores buscaram identificar se existe uma tendência ao branqueamento na autocategorização racial, analisando o processo de branqueamento em crianças. Foram entrevistadas 161 crianças, com idades entre 9 e 12 anos, onde se questionou, a partir de uma entrevista semiestruturada, a respeito da autocategorização e preferência raciais, utilizando como material de estímulo figuras (tipo desenho animado) de “crianças” brancas, morenas e negras, elaboradas com base em traços estereotipados.

A autocategorização racial foi avaliada, perguntando-se à criança: “Qual desses se parece mais com você?”. Já a preferência racial e a avaliação foram analisadas mediante histórias que eram contadas com o intuito de verificar a preferência racial das crianças quando diante de situações relacionadas à beleza, moral, aptidões sociais e situações competitivas, respectivamente colocadas numa situação de competição de beleza, o furto de um estojo na sala de aula, a criança mais legal e comunicativa, bem como a vencedora de uma prova de co-

nhecimentos gerais. Dadas às circunstâncias, a criança escolhia qual figura representaria melhor o personagem de cada história.

Nesse estudo de Máximo et al. (2012), além das dimensões acima relatadas, ainda era avaliado se as crianças atribuiriam aos negros qualidades físicas, e, aos brancos, qualificações intelectuais. Tal dimensão foi avaliada a partir de uma situação de competição esportiva, no entanto, diferente das hipóteses levantadas, os resultados mostraram que a atribuição de força física aos negros ainda não estava difundida entre as crianças, pois nos resultados, as brancas foram indicadas como vitoriosas em todas as competições.

Os resultados apontaram para uma tendência das crianças ao autobranqueamento e uma atribuição às figuras brancas como tendo características socialmente favoráveis (beleza e comunicabilidade) e, às figuras pardas e negras, como tendo características desfavoráveis socialmente (desonestidade).

A partir desses dados, surgiu a reflexão sobre como a construção da identidade é permeada pelo lugar que o negro ocupa na sociedade, o qual, na maioria das vezes, é um lugar desprivilegiado, de inércia social, denotando certa e justificável tendência ao branqueamento como forma de fuga aos traços negróides, submetendo-se à lógica da aceitação do grupo dominante. Neste sentido, além de diminuir forças para se buscar uma transformação na realidade, o autobranqueamento ainda na infância incentiva a acomodação das regras sociais enraizadas na escravatura, bem como a recusa da identidade negra.

Nota-se, portanto, que a construção da identidade, principalmente na infância, é permeada por uma onda de estímulos sociais nocivos a sua percepção de pertencimento a um grupo social, levando a consequências que transitam no campo da auto-estima e reconhecimento, envolvendo a criança numa zona de conflitos que crescerá à medida que se desenvolve enquanto sujeito psicossocial.

Para tanto, objetiva-se neste estudo analisar como se dá o processo de construção da identidade do negro frente à exclusão racial na infância, a partir da replicação do estudo de Máximo et al. (2012). Dessa forma, objetiva-se especificamente analisar (a) se a tendência ao autobranqueamento se mantém, e (b) se existe a preferência racial através da associação de características socialmente favoráveis a grupos naturalizados como dominantes.

Espera-se que, a partir da aplicação da lei das cotas raciais e do aumento da representatividade positiva do negro em diversos âmbitos da sociedade, que a autoidentificação com as crianças negras seja mais forte do que com crianças brancas, contrariando os resultados de Máximo et al. (2012). Espera-se também que a preferência racial possa sofrer alguma alteração, caso exista o efeito da representatividade positiva do negro, assimilada pelas crianças entrevistadas.

METODOLOGIA

Participantes

Participaram do estudo 30 crianças, sendo destas, 16 (53,3%) do sexo feminino e 14 (46,7%) do sexo masculino, com idades variando entre 9 a 13 anos ($M=10,20$; $DP=0,96$). Os participantes frequentavam o ensino fundamental, do 4º e 5º ano, de uma escola municipal da cidade de Campina Grande, Paraíba, no Brasil, cuja localização é considerada de condição socioeconômica (classe) baixa e média baixa. A cor da pele de cada criança foi atribuída por meio de uma heteroidentificação, ou seja, um consenso entre os quatro entrevistadores, que consideraram os traços fenotípicos para a decisão. A proporção da cor de pele dos participantes do estudo pela heteroidentificação foi de 10 (33%) de brancos, 15 (50%) de pardos e cinco (17%) de negros.

Medidas

Para uma melhor identificação do material de estímulo por parte da criança, optou-se pelo uso de fotografias de crianças reais brancas, pardas e negras, de ambos os sexos, conforme estudo realizado por França e Monteiro (2002), em detrimento do estudo de Máximo et al. (2012), que utilizou como material de estímulo figuras animadas, elaboradas por softwares que produziam figuras humanas a partir de diferentes fatores. Assim, apesar de se tratar de uma replicação, houve a necessidade de alterar o material de estímulo, já que Máximo et al. (2012) consideraram como limitação a utilização das figuras animadas e também pelo fato dessa mudança implicar inovação nesta pesquisa.

As fotografias foram as mesmas confeccionadas e utilizadas por França e Monteiro (2002), validadas a partir de uma análise criteriosa que foi submetida a uma comissão formada por seis adultos, que selecionaram as fotografias levando em consideração fatores como definição racial, atratividade física e idade.

Embora as fotografias sejam de crianças reais, as imagens classificadas apresentavam diferenças muito sutis, principalmente entre as crianças de cor parda e negra, sendo novamente necessário, a partir da heteroidentificação, que os entrevistadores, em consenso, categorizassem as fotografias pela cor da pele da criança. Assim, as fotografias foram recategorizadas para ambos os sexos, resultando em 12 fotografias de crianças negras, 8 de crianças brancas e 4 de crianças pardas, totalizando um número de 48 fotografias utilizadas, sendo 24 para o sexo masculino e 24 para o sexo feminino.

Para a coleta de dados, o método utilizado foi o de entrevista semiestruturada, em que se buscou verificar, por meio de questões e situações específicas, a au-

to categorização racial e preferência racial das crianças, a partir da avaliação de fotografias de diferentes categorias raciais, incluindo a sua própria.

A) A autocategorização racial foi avaliada mostrando às crianças fotografias de outras crianças brancas, pardas e negras, perguntando-se: “Qual desses se parece com você?”.

B) A preferência racial foi analisada mediante as respostas dadas às histórias (situações) que foram contadas, pretendendo verificar a preferência racial das crianças quando diante de situações relacionadas a beleza, moral, aptidões sociais (comunicabilidade) e situações competitivas (inteligência):

1. Uma criança foi eleita a criança mais bonita da sala. Supondo que estas fotos representem essas crianças, qual se parece mais com a criança da história?

2. Depois do recreio, perceberam que sumiu um estojo de lápis de uma criança de uma sala de aula. Supondo que estas fotos representem as crianças, qual a que se parece mais à criança que teria pego o estojo?

3. Dentro de uma escola, existe uma criança que é bastante comunicativa, tem facilidade de fazer amizades e é considerada bem legal. Ela é sempre uma das primeiras a ser chamada para fazer atividades em grupo. Supondo que estas fotos representem essas crianças, qual se parece mais a criança descrita acima (comunicativa)?

4. Imagine um grupo de crianças numa prova de conhecimentos gerais (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, etc.). Em sua opinião, olhando para as fotos, qual delas se parece mais à criança que foi o primeiro lugar da turma?

Finalizada a entrevista, perguntava-se aos participantes sobre como se sentiam respondendo às questões abordadas, expressando sua opinião acerca do que haviam vivenciado. Todas as falas eram devidamente anotadas no questionário, no campo reservado para as mesmas, identificado enquanto “Observações”, que para além dessa função, serviu para que fossem anotadas as percepções dos entrevistadores, consideradas pertinentes ao estudo.

Procedimentos

Inicialmente a direção da escola foi contatada, apresentando-se o projeto de pesquisa a ser realizado, bem como a sua relevância. Em seguida, o projeto foi submetido à análise pela Secretaria de Educação do município que se posicionou favorável à realização da pesquisa, concedendo a autorização (Termo de Anuência) para cumprimento da mesma. Uma vez aceito, mediante aprovação

da pesquisa pelo Comitê de ética da UFCG através do Protocolo CAAE 16564019.1.0000.5182, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos pais ou responsáveis dos participantes.

Após a permissão, houve o consentimento dos professores e os alunos autorizados via TCLE eram convidados a participar quando estavam em sala de aula. Sendo conduzidos, em grupos de quatro crianças, à sala de leitura e ao laboratório de informática, nos quais estavam os entrevistadores organizados em grupos de dois, a fim de responder aos questionamentos de forma individual. A duração de cada entrevista variou entre 5 e 10 minutos.

Os entrevistadores eram alunos do curso de Psicologia, de classe média e dos três grupos raciais presentes no estudo, sendo dois deles autodeclarados pardos, um branco e um negro. Cada entrevistador aplicou o questionário com pelo menos uma criança dos três grupos raciais estudados, de modo randomizado.

Análise de dados

As análises das questões sociodemográficas referentes aos participantes, bem como as respostas obtidas no que se refere à autocategorização e à preferência racial, foram realizadas por meio de estatística descritiva e correlação χ^2 (qui-quadrado), com uso pacote estatístico SPSS.

RESULTADOS

A partir da análise dos dados, constatou-se a tendência ao branqueamento na autocategorização racial ($\chi^2=13,22$; $gl=4$; $p= 0,01$), isto é, percebeu-se que parte das crianças negras e pardas se identificaram com as fotografias de crianças de pele mais clara, categorizadas como brancas neste estudo. Os resultados mostram que 56,7% das crianças identificaram-se com as fotografias de crianças brancas, enquanto 26,6% com as fotografias de crianças pardas e 16,7% com as fotografias de crianças negras.

Diante desse resultado, percebeu-se que as crianças heteroidentificadas como brancas identificaram-se com as fotografias de crianças brancas (90%) e a maior parte das crianças pardas identificaram-se com as crianças brancas (53,3%). Assim, a tendência ao autobranqueamento mais uma vez pôde ser confirmada a partir das crianças categorizadas como brancas (33%) pelos entrevistadores, já que 56,7% das crianças entrevistadas escolheram fotografias de crianças brancas como suas semelhantes, demonstrando como os resultados são significativos para o efeito da cor da criança em sua escolha.

No entanto, diferentemente do estudo realizado por Máximo et al. (2012), verificou-se o aumento da autoidentificação das crianças entrevistadas com as fo-

tografias das crianças negras, já que 26,6% das crianças heteroidentificadas como pardas optaram pelas fotografias de crianças negras para se autocategorizarem, assim como as crianças negras tenderam a escolher as fotografias de crianças negras (90%) na autocategorização.

Notou-se ainda que o número de crianças pardas, categorizadas pelos entrevistadores como a maioria da amostra (50%), no critério de autoidentificação, não demonstra o mesmo número encontrado pelos entrevistadores, uma vez que apresentou o percentual de 26,6% das fotografias escolhidas pelas crianças como semelhante, direcionando suas percepções para as outras categorias raciais consideradas no estudo.

Outra dimensão observada refere-se à preferência racial das crianças, verificada a partir da avaliação de fotografias de crianças brancas, pardas e negras, colocadas em situações distintas (“estorinhas”). Nessa etapa, as respostas foram organizadas em quatro níveis de análise que, de acordo com a ordem do questionário aplicado, são: beleza, moral, aptidões sociais (comunicabilidade) e inteligência.

As fotografias de crianças de cor branca apresentaram-se como preferência (90%) de escolha para a maioria das crianças entrevistadas, no quesito beleza, enquanto 6,7% escolheram as fotografias das crianças pardas como sendo a mais bonita e apenas 3,3% optaram pelas fotografias da criança negra. A partir disso, pode-se dizer que a cor da pele heteroidentificada dos participantes não influencia diretamente no momento de escolher as fotografias, já que crianças dos três tons de pele acabam por escolher as fotografias que contêm a criança branca, percebendo-se, então, que a motivação para escolha da criança branca foi a cor da pele mostrada na foto ($\chi^2 = 2,55$; $gl = 4$; $p = ns.$).

Tratando-se do nível de aptidões sociais e situações competitivas, as fotografias indicadas pelos entrevistados como contendo a criança mais comunicativa ($\chi^2 = 2,11$; $gl = 4$; $p = ns.$) e inteligente ($\chi^2 = 4,51$; $gl = 4$; $p = ns.$) também foram, majoritariamente, as que apresentavam as crianças brancas (73,3% e 63,3% respectivamente). Assim, pôde-se observar que as fotografias de crianças pardas foram escolhidas por 10% dos participantes em ambas aptidões e as fotografias de crianças negras por 16,7% e 26,6% das crianças entrevistadas.

No nível moral, situação na qual era pedido que as crianças indicassem o culpado pelo sumiço do estojo na sala de aula, verificou-se que, assim como no resultado obtido por Máximo et al. (2012), as fotografias mais apontadas foram as que apresentavam crianças negras (56,7%). Em contrapartida, as fotografias menos apontadas foram as das crianças pardas (10%) e não as brancas (33,3%) (ver Tabela 1). Entretanto é importante ressaltar que algumas das crianças en-

trevistadas escolheram as fotografias com crianças brancas por estas apresentarem o que elas consideravam como “cara de mau”, ancorando suas decisões a algo que não estava necessariamente ligado a cor da pele ($\chi^2= 0,95$; $g= 4$; $p= ns.$).

Fotografia escolhida	Frequência	Porcentagem
Criança parda	3	10%
Criança branca	10	33,3%
Criança preta	17	56,7%

Tabela 1. Porcentagem da escolha das fotografias relativa ao nível moral

Ao final da entrevista, as crianças foram convidadas a falar livremente sobre o que acharam da pesquisa. A maioria das crianças relataram como gostaram de participar da pesquisa, visto que nunca tinham passado por uma experiência parecida. Entretanto, algumas contaram sentir dificuldade em responder o quesito que avaliava a questão moral, sobre o sumiço do estojo, e uma das crianças enfatizou que “não gosta de tá julgando as pessoas” (*sic*).

Outros comentários revelam a dificuldade de responder às questões do estudo sobre a preferência racial, no que diz respeito à necessidade de escolher entre as crianças reais nas fotografias. Um dos participantes, no quesito beleza, declarou que “acha bonita a cor negra, mas preferiu a (criança) branca” e outro concluiu “não devemos julgar os outros pela aparência”. Tais comentários se referem à avaliação global das crianças frente aos estímulos da pesquisa, no entanto, é importante destacar que essas explicações só foram direcionadas ao entrevistador negro. Este fato pode ser interpretado como uma forma de justificar seus respectivos posicionamentos quanto à figura da criança negra, na tentativa de atenuar o teor de sua resposta.

Comparativamente ao estudo de Máximo et al. (2012), mantém-se os resultados sobre (a) tendência ao autobranqueamento, (b) a preferência racial por crianças brancas sendo escolhidas nos quesitos referentes a beleza, a comunicabilidade e inteligência, e (c) as crianças negras serem as mais apontadas na questão moral. No entanto, os resultados também mostram mudanças significativas quando se trata do maior nível de identificação das crianças entrevistadas com as fotos de crianças negras, bem como as crianças pardas sendo as menos apontadas quando se observa a resposta referente à questão moral (“roubo do estojo”).

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo apresentaram um panorama sobre as questões raciais e seus efeitos na infância, sobretudo no processo de construção da identidade frente à exclusão racial. Tendo a Psicologia Social como norteadora das reflexões desenvolvidas, verificou-se a partir dos resultados, a existência de uma tendência das crianças ao autobranqueamento, bem como a preferência racial através da associação de características socialmente favoráveis às crianças brancas.

O estudo realizado por Máximo et al. (2012) demonstra resultados bastante consistentes no que se refere às implicações raciais no contexto infantil. Este estudo mostrou o quanto a cor da pele pode ser um determinante significativo na construção da identidade no Brasil, permeada por uma ideologia de branqueamento que ainda não foi superada, apesar dos constantes esforços. Da mesma forma, o presente estudo ressaltou os resultados já apresentados pelo estudo replicado, visto que a presença do autobranqueamento no momento da autoidentificação continua evidente.

A partir disso, fica assinalada a importância da replicabilidade em pesquisas científicas, uma vez que tal estratégia ajuda a consolidar a veracidade de um efeito e a estimar precisamente o quão frequentemente este se aplica na sociedade. Além disso, a replicação de estudos auxilia a ciência a melhorar e/ou redefinir seu entendimento acerca do pensamento e comportamento humano (Brandt et al., 2014).

Nesse sentido, os resultados das duas pesquisas suscitam outro questionamento: como se dá a formação da identidade para uma criança negra a partir desse referencial negativo? A internalização de um ideal de branqueamento polariza as identidades raciais em uma positiva e outra negativa, uma vez que as referências para ambas são distintas. O que sobra para o negro é o excesso de características desfavoráveis, enquanto o ideal branco é posto como norma social de aceitabilidade, tornando as demais categorias raciais subordinadas ao padrão vigente e coagidas a supressão de seus traços étnicos em função da legitimidade enquanto sujeito.

Nos resultados, pôde-se observar que, apesar das mudanças estruturais na legislação brasileira de inclusão e incentivo a ascensão social e política de negros, a maior parte das crianças ainda escolhe a cor branca para características socialmente favoráveis e as negras para características tidas como socialmente indesejáveis. Dessa maneira, apesar da implementação da lei de cotas raciais, por exemplo, os resultados identificados em Máximo et al. (2012) continuam evidentes. De modo que é imprescindível a implementação de políticas públi-

cas antirracistas mais dirigidas às escolas de educação básica, tendo em vista o impacto que políticas públicas e ações antirracismo, especificamente promovidas nas escolas, trariam no que diz respeito à mudança do quadro da identidade de crianças negras (Doria et al., no prelo; França & Lima, 2011).

Como mostram os dados, a criança negra foi a mais apontada no estudo como a responsável pelo sumiço do estojo (56,7%), denotando o quanto ainda existe a representação do negro enquanto padrão de desonestidade, tendo sua imagem associada àquele que comete crime e é desviante da norma (Máximo et al. 2012). Essa representação social foi construída durante o período colonial, no qual o negro tinha o seu perfil inferiorizado, animalizado e coisificado, marcando sua condição de escravo, submisso, desonesto e violento, apresentando como consequência a marginalização do grupo, por exemplo (Pereira, 2009).

Não obstante, a presente pesquisa apresentou um dado relevante e significativo que não foi encontrado pelo estudo replicado de Máximo et al. (2012): uma maior autoidentificação das crianças com a imagem negra. Isto é, 26,6% das crianças heteroidentificadas pelos entrevistadores como pardas apontaram ser semelhantes às fotografias de crianças negras. Tal resultado demonstra concordância com os dados adquiridos pela Pesquisa Nacional por Domicílio (PND), realizada pelo IBGE em 2014 e divulgada pelo jornal El País. Isto, pois, esta pesquisa apontou como, entre os anos de 2004 e 2014, houve um aumento de 2,7% na quantidade de brasileiros que se declararam negros e de 3% naqueles que se autodeclararam pardos, simultaneamente ocasionando uma diminuição de 5,7% das pessoas que se declararam brancas (Rossi, 2015).

Segundo Nilsilenes Silva e Rosana Vieira (2018), diversas entidades ligadas ao movimento social negro estão articuladas no sentido de afirmar a identidade negra de forma positiva, fazendo com que violências e processos discriminatórios historicamente legitimados sejam denunciados e advertidos, fornecendo, assim, para além de uma nova forma de olhar para o sujeito negro, o empoderamento para a toda a comunidade. Para tanto, notou-se a existência e necessidade cada vez mais presente de movimentos que trazem debates e reflexões sobre a ideologia do branqueamento, abrindo espaço para discussões sobre a importância da representatividade como instrumento de fortificação de identidades historicamente negligenciadas, bem como a construção de um lugar social político e econômico diferente daquele comumente destinado. Nas crianças, essas representações positivas dos grupos podem ter efeitos poderosos, como é demonstrado no estudo de Andréa Doria et al. (no prelo), no qual a contação de histórias infantis com personagens negros em posição de destaque produziu a afirmação da identidade negra em crianças negras.

Destaca-se aqui a contribuição da escola como instrumento na formação de uma identidade afirmativa, especialmente através das bases curriculares da educação infantil, para que proporcionem vivências no ambiente escolar que sejam alinhadas, articuladas e comprometidas com a pluralidade de conhecimentos históricos, culturais e científicos presentes e produzidos no Brasil (Silva & Vieira, 2018). Fomentar debates sobre questões raciais e de gênero, além de fortalecer o empoderamento e a representatividade das minorias, oportuniza o protagonismo social dos sujeitos subestimados pela lógica da cor enquanto determinante de prestígio.

Estes movimentos de afirmação da identidade negra pautam sua luta em diversas questões, entre elas, o enfraquecimento da ideologia do branqueamento, que consolida a supremacia branca e deprecia identidades negras. Nos estudos de Silva e Vieira (2018) são listados alguns movimentos, considerados pioneiros no Brasil, de resistência a tal posicionamento, como, por exemplo, o Movimento Negro Unificado (1979), Centro de Interação Sócio Cultural da Raça Negra, União e Consciência Negra, entre outros.

Nesse contexto de construção da identidade, pode-se perceber que o fortalecimento das práticas afirmativas de identidade negra do Brasil está colaborando significativamente para que mais sujeitos se autodeclarem negros (Silva e Vieira, 2018). Então, é possível refletir que as crianças, ao visualizarem seus pais ou adultos com os quais convivem se identificando com a negritude, tenham também esta identidade negra validada, mesmo quando terceiros – como os entrevistadores – identificam-nas como pardas. Essa ideia é já amparada em estudos que mostram que a identidade da criança negra torna-se mais positivas quando seus pais veiculam informações positivas sobre o grupo dos negros (França et al., 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na infância, a identidade racial dos sujeitos possui extrema relevância, podendo influenciar suas respectivas posições na sociedade, seja no âmbito social, cultural, político ou econômico. Evidencia-se que a identidade do negro no Brasil é marcada por um ideal de branqueamento, legitimado pela história como modelo dominante e socialmente aceito, que supervaloriza uma categoria racial em detrimento das outras, atribuindo aos negros, especialmente, o excesso de características negativas. Desta tensão, surgem movimentos contrários que lutam incessantemente para enfraquecer os estereótipos e representações sociais negativas atribuídas ao negro.

Portanto, ao entender a identidade como um processo psicossocial cujas implicações estão alocadas na história e no contexto social dos sujeitos, a Psicologia contribui para entender como estes determinantes impactam na construção da identidade. Evidenciando como as referências positivas e negativas produzidas no decorrer do desenvolvimento da sociedade moldam o autoconceito que o sujeito produz acerca de uma categoria racial, salientando a importância de movimentos que produzam ações afirmativas para com a identidade negra, elevando o seu significado emocional e valorização dessa categoria. Cabe à Psicologia, como contribuição prática e teórica, a produção de conhecimento acerca dos fenômenos implicados na construção do sujeito.

Apesar dos resultados indicarem a replicação, algumas limitações podem ser apontadas neste estudo. Uma limitação é a necessidade de renovação das fotografias utilizadas como material de estímulo, tendo em vista que os avanços tecnológicos na área da comunicação visual desde 2002 possibilitaria um material de melhor qualidade. Fotografias atualizadas das crianças ofereceriam uma maior nitidez dos traços fenotípicos, o que, conseqüentemente, ampliaria as diferenças entre os tons de pele das crianças, expandiria a variabilidade do material de estímulo e reduziria as nuances entre as fotografias utilizadas.

Outra limitação importante foi a dificuldade de obtenção do consentimento dos responsáveis para a realização da pesquisa com as crianças. Não foi possível um maior número de participantes porque muitos pais ou responsáveis não permitiram que as crianças participassem do estudo. Tal hesitação pode ser justificada por medo de exposição das crianças a riscos e da dificuldade de compreensão dos procedimentos e objetivos da pesquisa científica. Houve impacto no tamanho da amostra com uma disparidade significativa se comparada ao do estudo replicado, mas não impactou a relevância dos resultados.

As principais contribuições deste estudo dividem-se entre o caráter metodológico de replicação de medidas e o caráter prático na vida das crianças com um aumento na autoidentificação com o sujeito negro. Quanto ao seu caráter replicador, houve um avanço ao demonstrar que medidas utilizadas em estudos no início dos anos 2000 permanecem acessando informações importantes relativas à preferência racial. Ao mesmo tempo, revela que o emergente debate sobre representatividade nos diversos âmbitos da sociedade é um “empreendimento identitário” (Júlio, 2010, p. 78), que fortalece a consciência de pertencimento racial e o coletivo negro, substituindo desse processo, o lugar de vergonha da cor da pele, pelo de transformação e legitimidade.

Diante dos resultados, torna-se fundamental se pensar em políticas educacionais comprometidas com a realidade social, pensadas de forma crítica e alinhadas às políticas já existentes, como a Lei N° 11.645 (2008), por exemplo,

que orienta as diretrizes e bases da Educação no Brasil e determina que seja incluído obrigatoriamente no currículo oficial da Rede de Ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Tal medida pode ampliar o debate sobre a construção da identidade racial, sobretudo na infância, desafiando lógicas racistas, estruturas de poder e hierarquias sociais/raciais. Visa-se assim, construir ambientes educativos que promovam a emancipação dos sujeitos e de suas singularidades, guiando-se para a construção de uma sociedade edificada em valores de liberdade, diversidade e inclusão.

Ao refletir sobre o efeito da cor da pele na construção da identidade racial, reflète-se, sobretudo, como a questão racial é forte e presente na infância, fase do desenvolvimento frequentemente caracterizada pelo senso comum pela ingenuidade frente às questões mais duras da sociedade. Os resultados mostram o quanto as crianças são ativas nesse processo, bem como podem internalizar valores e ideais desde cedo, apontando a necessidade de outros estudos que viabilizem a reflexão de estratégias de enfrentamento para esta demanda que é social, mas que também é histórica, cultural e política. Os esforços teóricos e metodológicos já realizados denotam a natureza delicada do tema, mas retiram dele o rótulo de insuperável.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, Márcio M. (2007). A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, 36(37), 83-88. <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR-%20MARCIO.%20A%20construcao%20das%20hierarquias%20sociais%20classe-%20raca-%20genero%20e%20eticidade.pdf>
- Allport, Gordon (1954). *The nature of prejudice*. Addison-Wesley Publishing Company.
- Brandt, Mark J.; IJzerman, Hans; Dijksterhuis, Ap; Farach, Frank J.; Geller, Jason; Giner-Sorolla, Roger; Grange, James A.; Perugini, Marco; Spies, Jeffrey R. & Van't Veer, Anna (2014). The Replication Recipe: What makes for a convincing replication? *Journal of Experimental Social Psychology*, 50, 217-224. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2013.10.005>
- Camino, Leôncio; Silva, Patrícia; Machado, Aline & Pereira, Cícero (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1(1), 13-36. <https://abpsicologiapolitica.files.wordpress.com/2019/06/revista-psicologia-politica-v1n1.pdf>
- Doria, Andréa S.; França, Dalila X. & Lima, Marcus E. O. (No Prelo). Afirmação da identidade étnico-racial em crianças quilombolas e não quilombolas. *Kwanissa: Revista de estudos africanos e afro-brasileiros*.
- França, Dalila. X (2017). Da percepção do eu ao entendimento das relações entre os grupos sociais. André Faro & Marley R. M. Araújo (Orgs.), *Teorias e estudos em psicologia social: a contemporaneidade em temas clássicos* (pp. 33-53). EDUFS.

- França, Dalila X.; da Costa Silva, Khalil; Santos, Ananda R. & Batista, Lucélia S. (2019). Socialização racial/étnica materna e identidade Racial/étnica dos filhos. In André Faro, Marcos E. O. Lima, Dalila X. França, Sonia R. F. Enumo & Cícero R. Pereira (Orgs.) *Psicologia social & Psicologia da saúde: Tópicos atuais* (pp. 81-98). Editora CRV.
- França, Dalila X. & Lima, Marcus E. O. (2011). Affirmative action and ethnic identity in black and indigenous brazilian children. *International Journal of Conflict and Violence (IJCV)*, 5(1), 200-210. <https://doi.org/10.4119/ijcv-2855>
- França, Dalila X. & Monteiro, Maria B (2002). Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos. *Psicologia*, 16(2), 293-323. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v16i2.482>
- Gomes, Nilma L. (2002). Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Rev. Bras. Educ.*, 21, 40-51. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300004>
- Gomes, Nilma L. (2012). Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, 33(120), 727-744. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005>
- Júlio, Ana L. S. (2010). Sobre o sentimento de pertença: um passeio pela negra identidade. *Revista Identidade*, 15(2), 77-87. <https://core.ac.uk/download/pdf/235153771.pdf>
- Lei N° 12.711 (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- Lei nº 11.645 (2008, 10 de março). Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm
- Lima, Marcus E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. Blucher.
- Lima, Marcos E. O. & Vala, Jorge (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401-411. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2004000300002>
- Lima-Nunes, Aline V. & Camino, Leôncio (2011). Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito. *Psicol. Soc.*, 23(1), 135-143. <https://doi.org/10.1590/s0102-71822011000100015>
- Máximo, Tais A. C. O.; Lins, Samuel L. B.; Lima-Nunes, Aline V. & Camino, Leôncio (2012). Processos de identidade social e exclusão racial na infância. *Psicologia em Revista*, 18(3), 507-526. <https://doi.org/10.5752/p.1678-9563.2012v18n3p507>
- Moreira-Primo, Ueliton S. & França, Dalila X. (2020a). Efeitos do racismo da trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. *Debates em Educação*, 12(26), 176-198. <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n26p176-198>
- Moreira-Primo, Ueliton S. & França, Dalila X. (2020b). Experiências de racismo em crianças: o que acontece no cotidiano escolar? *Revista Uniabeu*, 13(33), 24-44. <https://doi.org/10.46375/uniabeu.v13n33.3980>

- Nesdale, Drew (2017). Children and social groups: A social identity approach. In Adam Rutland, Drew Nesdale & Christia S. Brown (Eds.), *The Wiley handbook of group processes in children and adolescents* (3-22). Wiley-Blackwell.
- Nogueira, Oracy (2007). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, 19(1), 287-308. <https://doi.org/10.1590/s0103-20702007000100015>
- Oliveira, Fabiana & Abramowicz, Anete (2010) Infância, raça e “paparicação”. *Educação em Revista*, 26(2), 209-226. <https://doi.org/10.1590/s0102-46982010000200010>
- Open Science Collaboration (2015). Estimating the reproducibility of psychological science. *Science*, 349(6251), aac4716-1-aac4716-8. <https://doi.org/10.1126/science.aac4716>
- Pereira, Édimo A (2009). O discurso de exclusão do negro no Brasil. *Scripta*, 13(25), 33-49. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/download/4366/4511/>
- Rossi, Marina (2015, 13 de novembro). Mais brasileiros se declaram negros e pardos e reduzem número de brancos. *El país*. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447439643_374264.html
- Sarmiento, Manuel J. & Pinto, Manuel (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. Em: Manuel Pinto & Manuel Sarmiento (Coords.), *As crianças: contextos e identidades*. Universidade do Minho.
- Silva, Ana C (2007). Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. In A. D. Nascimento & T. M. Hetkowski (Orgs.), *Memória e formação de professores* (pp. 86-101). EDUFBA. <https://doi.org/10.7476/9788523209186>
- Silva, Nilsilenes B. & Vieira, Rosana F (2018). Além da cor da pele: uma análise psicossocial acerca da formação da identidade negra no Brasil. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3(6), 259-278. <https://doi.org/10.5935/2179-0027.20180027>
- Tajfel, Henri (1982). Social Psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology*, 33, 1-39. <https://doi.org/10.1146/annurev.ps.33.020182.000245>
- Van Dijk, Teun A. (2008). *Racismo e discurso na América Latina*. Ed. Contexto.
- Verkuyten, Maykel & Fleischmann, Fenella (2017). Ethnic identity among immigrant and minority youth. In Adam Rutland, Drew Nesdale & Christia S. Brown (Eds.), *The Wiley handbook of group processes in children and adolescents* (23-46). Wiley-Blackwell.



JEFFERSON ANDRADE SILVA

Psicólogo pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação (UFCG) e membro do Núcleo de Pesquisa em Saúde e Intervenção Psicossocial (NUPSI/UFCG). Pesquisa: racismo no contexto da infância.

jeffersandrade@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5928-5141>

RITA DE CÁSSIA DA SILVA COSTA

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Membro do Laboratório de Inovação Tecnológica em Psicologia (LIP-UFCG).

rxtasilva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4446-3034>

ALINE LIMA-NUNES

Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande. Doutora em Psicologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Coordenadora do Laboratório de Inovação Tecnológica em Psicologia (LIP-UFCG). Pesquisa: processos de exclusão social (preconceito e discriminação) e o papel das percepções de justiça no conflito intergrupal.

limanunes.aline@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3042-5451>

DALILA XAVIER DE FRANÇA

Professora Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisa: socialização das atitudes intergrupais em temas como: normas e identidade social, estereótipos racismo, e socialização étnico-racial. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Socialização das atitudes intergrupais e racismo (GPSAIR).

dalilafranca@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0431-3034>

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à diretora Severina Mendes de Menezes Bezerra e todo corpo escolar da instituição onde a pesquisa foi realizada, bem como às pesquisadoras voluntárias Ana Caroline Alves Costa e Jaqueline Serrão do Laboratório de Inovação Tecnológica em Psicologia (LIP-UFCG), por todo suporte técnico e científico no desenvolvimento da pesquisa.

FORMATO DE CITACIÓN

Silva, Jefferson Andrade; Costa, Rita de Cassia da Silva; Lima-Nunes, Aline & França, Dalila Xavier de (2021). O efeito da cor de pele na construção da identidade racial em crianças. *Quaderns de Psicologia*, 23(3), e1777.
<https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1777>

HISTORIA EDITORIAL

Recibido: 31-01-2021
1ª revisión: 02-05-2021
Aceptado: 30-05-2021
Publicado: 25-01-2022